

Senhoras e senhores, participantes desta honrosa audiência pública,

Ao caminharmos para o encerramento dos trabalhos desta importante audiência pública, não poderia deixar de registrar a comemoração aos 37 anos da nossa Constituição Federal. É graças a ela que hoje estamos aqui, refletindo sobre os variados aspectos dos direitos e garantias inerentes às relações trabalhistas, para pensar soluções inovadoras e seguras para a nossa sociedade.

Feito esse apontamento, é fundamental, antes de tudo, reiterar o valor inestimável da colaboração e do engajamento de todos os expositores.

Hoje, tivemos a oportunidade de ouvir ampla diversidade de pontos de vista, experiências, dados e argumentos. Cada fala registrada, testemunho compartilhado e sugestão apresentada nesta audiência pública será essencial para o amadurecimento das discussões e para o enriquecimento do julgamento a ser proferido por esta Corte.

Quero enaltecer, com especial ênfase, a dedicação demonstrada por todos os participantes — representantes da sociedade civil, entidades de classe, gestores públicos, especialistas, cidadãos e cidadãs interessados. As Senhoras e Senhores emprestaram suas vozes e suas expertises, permitiram que múltiplas realidades fossem consideradas, tornando este processo verdadeiramente plural e democrático.

O propósito central de uma audiência pública é, justamente, possibilitar a escuta ativa e qualificada. A exposição aqui levada a efeito serviu não apenas para a formalização de opiniões, mas para a construção de pontes, em prol de consensos possíveis e da ampliação do nosso olhar sobre o tema em questão.

Apesar do alcance e repercussão do tema, muitas vezes até polarizado, o ambiente de hoje caracterizou-se pelo respeito mútuo e observâncias dos procedimentos desta Casa, transcorrendo com a tranquilidade necessária para captação das principais ideias em torno da solução possível para o conflito.

Gostaria de destacar alguns pontos de reflexão especialmente relevantes trazidos pelos expositores ao longo desta audiência. Foram enfatizadas preocupações fundamentais, como a sustentabilidade da previdência social, ressaltando a necessidade de repensar e fortalecer os mecanismos de proteção social para todos os brasileiros. Defendeu-se a necessidade de criação de uma contribuição previdenciária condizente com a realidade atual das relações de trabalho, com a revisão do plano de custeio previdenciário.

Também se abordou a complexa questão da tributação, destacando seu impacto direto tanto nas políticas públicas quanto nos investimentos voltados à inclusão social. Ressaltou-se a importância de construir critérios objetivos para identificação e prevenção de fraudes e simulações, bem como de delinear de forma clara os limites e as responsabilidades das autoridades fiscalizadoras.

Outro ponto sugerido foi a necessidade de repactuação do modelo de proteção social em nosso país, buscando maior efetividade e justiça para todos os cidadãos, tendo em vista que a Constituição Federal relaciona a democracia com a proteção social do trabalhado, sem perder de vista a livre iniciativa também constitucionalmente assegurada.

Destacou-se a proposta de implementação da progressividade na tributação de pessoas jurídicas, como forma de promover maior justiça fiscal e fortalecer as bases do financiamento público. A necessidade de mudanças estruturantes no ambiente de negócio, trazendo as micro e pequenas empresas a centralidade do debate. Sugeriu-se, ainda, a utilização do critério da hipo e hiper suficiência, para a fixação do ônus da prova, privilegiando-se a autonomia da vontade.

Assim, devemos identificar, reconhecer e criar diretrizes para as modernas transformações que afetam mercado de trabalho, como o exemplo de fabricas que desempenhem diversas atividades e que precisam especializar algumas delas para maior efetividade, ainda que isso enseje a convivência de diferentes modelos de relações trabalhistas.

Tenho convicção de que saímos deste encontro mais bem informados, mais sensíveis aos desafios apresentados e ainda mais comprometidos com a busca por soluções justas, inovadoras e viáveis. Espero que essa postura continue ecoando em nossas ações futuras e que esta audiência pública seja lembrada como um marco positivo de participação e escuta social.

Como Presidente desta audiência, manifesto mais uma vez meu profundo agradecimento a cada um que disponibilizou seu tempo, seu conhecimento e sua vontade de contribuir com este processo coletivo. Dialogar é, antes de tudo, reconhecer que a cooperação e o respeito mútuo potencializam a construção de soluções mais eficazes e legítimas, com transparência, responsabilidade e respeito à pluralidade.

Sublinho, também, o papel imprescindível de cada colaborador envolvido na organização desta audiência. Sem o esforço conjunto dos servidores, da equipe técnica e da assessoria, não teríamos conseguido garantir a estrutura apropriada para o bom andamento dos trabalhos, a transparência, a acessibilidade e o registro fiel de tudo que aqui ocorreu.

Agora, temos em mãos um valioso conjunto de contribuições, dados e pesquisas, que serão cuidadosamente considerados por esta Suprema Corte.

Assim, declaro encerrados os trabalhos desta audiência pública, deixando a certeza de que cumprimos um ciclo importante da democracia participativa e lançando votos de que possamos nos reencontrar em novas oportunidades de diálogo em favor do interesse público.

Muito obrigado a todas e a todos!